

Legislação

Os índices de produtividade

Luiz Augusto Germani *

MUITA insegurança ocorre quando se debate os índices mínimos de produção agropecuária. Além da expectativa de estabelecer índices difíceis de serem atingidos em curto prazo há, também, as dificuldades operacionais e de caixa na reestruturação do imóvel rural para produzir em escala maior, com investimentos em infra-estrutura.

A Constituição Federal estabelece que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer algo senão em virtude de lei” e que “a administração pública direta, indireta ou funcional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”.

Conseqüentemente, uma lei ordinária estabeleceu que, para imóvel rural ser considerado produtivo, deveria ter, simultaneamente, e no mínimo, 80% de Grau de Utilização da Terra – GUT e 100% de Grau de Eficiência na Exploração da Terra – GEE.

O primeiro parâmetro consiste na relação percentual entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel.

O segundo depende da fixação de índices de rendimento, como volumes de produção variáveis entre culturas, clima, solos, etc. A lei elegeu o Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, órgão do Executivo Federal com a incumbência fundiária, para definir o GEE. Mas, de forma complementar, determinou que tais índices fossem “ajustados, periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e do desenvolvimento regional, pelos Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura e do Abastecimento, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola-Cnpa.”

O legislador foi lúcido quando estabeleceu a necessidade de um “aval” aos índices fixados pelo Incra, pelo Ministério da Agricultura, responsável pela condução da política agrícola do país, com conhecimento do desempenho da exploração agropecuária nacional, nos aspectos relativos à produtividade.

Conseqüentemente, as tabelas de índices de produtividade só podem ser criadas, validadas e alteradas com a prévia oitiva do Cnpa, um comitê representati-



vo de todos os setores sociais que, direta ou indiretamente, teriam algo com que ajudar no sentido de serem atingidas as metas estabelecidas na Lei de Política Agrícola, em relação ao que se espera de um imóvel rural no cumprimento de sua função social.

Sob o ponto de vista estritamente jurídico, só os índices mínimos nascidos do Cnpa devem receber a tarja de “índices legais” para, conseqüentemente, passarem a ser exigidos do produtor rural, no exercício de sua atividade.

Assim, não se reunindo o Cnpa, toda e qualquer Instrução Normativa expedida pelo Incra isoladamente, ou mesmo qualquer Portaria Interministerial que tenha o objetivo de fixar parâmetros mínimos de produtividade na atividade rural, carece de legalidade. ■

Constituição do Cnpa, segundo a Lei

Presidência: ministros da Agricultura e da Reforma Agrária, hoje Desenvolvimento Agrário;
Representantes: um do Ministério da Fazenda, um do Banco do Brasil S/A, dois da Confederação Nacional da Agricultura, dois da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, dois da Organização das Cooperativas Brasileiras (com atividades ligadas ao setor agropecuário), um do Departamento Nacional da Defesa do Consumidor, um do Meio Ambiente, três dos Ministérios alocados na Presidência do Conselho e dois representantes de Setores Econômicos Privados, de livre nomeação dos ministérios representados na Presidência do Conselho.

* Advogado Agrário.

e-mail: germani@germaninet.com.br